

Fica posicionado na lista de antiguidade, à esquerda do 9304809, segundo-marinheiro TFD RC Rui Alexandre Cardoso Machado, e à direita do 9326309, segundo-marinheiro TFD RC Gonçalo Hipólito Enes.

As referidas praças contam a antiguidade do novo posto desde 28 de maio de 2012, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, produzindo a promoção efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da publicação do presente despacho, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 20.º-A da Lei n.º 64/2011, de 30 de dezembro, aditado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, ficando na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

5 de setembro de 2012. — Por subdelegação do Diretor do Serviço de Pessoal, o Chefe da Repartição de Sargentos e Praças, *Luís António de Oliveira Belo Fabião*, capitão-de-mar-e-guerra.

206368248

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Declaração de retificação n.º 1142/2012

Por ter sido publicado com inexatidão o despacho n.º 11553/2012 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 27 de agosto de 2012, relativo ao regresso ao serviço, após licença sem vencimento de longa duração, de Maria Celeste Marrucho Calisto Miranda, retifica-se que onde se lê «a remuneração mensal ilíquida de 781,93€» deve ler-se «a remuneração mensal ilíquida de € 871,93».

27 de agosto de 2012. — O Vice-Presidente, *José Ascenso Nunes Maia*.

206365283

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 12053/2012

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 e 31 de agosto de 2012:

António José Ramos Caniço, Diretor de Unidade de Apoio à Investigação, Índice 110, em 01-08-2012;

Ester Ascensão Pereira da Silva, Inspetor-Chefe, Escalão 4, em 01-08-2012;

Artur José Bernardino Morgado, Inspetor-Chefe, Escalão 1, em 01-08-2012;

Manuel Joaquim Pais da Costa Ribeiro, Inspetor, Escalão 9, em 01-08-2012;

Fernando Rodrigo Lopes Pereira, Inspetor, Escalão 9, em 01-08-2012; Carlos Alexandre dos Santos Correia, Inspetor, Escalão 4, em 01-08-2012;

Maria Marques Martins do Pranto, Especialista Adjunto, Escalão 4, em 01-08-2012;

Luís Alberto Lopes Pereira da Costa, Especialista Auxiliar, Escalão 1, em 01-08-2012;

Maria Celina dos Santos Sardinha, Assistente Operacional, 5.ª Posição Remuneratória, em 01-08-2012;

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de setembro de 2012. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

206365778

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Despacho n.º 12010/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de

janeiro, designo para exercer as funções de técnico especialista do meu Gabinete o licenciado Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem ao abrigo do n.º 9 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 3 de setembro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

4 de setembro de 2012. — O Secretário de Estado da Energia, *Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida.

Habilitações literárias:

Pós-graduação em Direito da Água pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2012);

Pós-graduação em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (2003);

Licenciatura em Gestão e Engenharia Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2000).

Outra formação relevante:

Tangible Asset Valuations: Real Estate and Equipment & Machinery course — PwC Nordic Advisory University em Copenhaga (2011);

Inside Private Equity — PwC Nordic Advisory University em Copenhaga (2011);

Real Estate Transactions — PwC Advisory University em Paris (2010);

Programa em Gestão Financeira Municipal — Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) (2010);

Intermediate Cost of Capital — PwC Advisory University em Paris (2009);

Financial Reporting Valuations: Purchase Price Allocation — PwC Advisory University em Paris (2009);

Programa de Gestão e Liderança para Executivos pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2008);

Programa em Parcerias Público-Privadas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2008);

Alterações à Fiscalidade: sector imobiliário (PricewaterhouseCoopers) (2007);

Leverage Buy-outs/Structuring (PricewaterhouseCoopers) (2007);

Executive Course (PricewaterhouseCoopers) (2006);

Formação sobre IAS/IFRS (PricewaterhouseCoopers) (2003);

Programa Avançado de Fiscalidade Empresarial — Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa do Porto (2001);

Curso de Análise Financeira — Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (2000);

Curso de Avaliação de Empresas — MediaFin (2000);

Curso de Técnicas de Comunicação — MBA Consultores (1999).

Currículo profissional:

Senior Manager na PricewaterhouseCoopers (2006-2012);

Analista Financeiro Sénior no Grupo Mota Engil (de Junho de 2004 a 28 de Agosto de 2006);

Analista Financeiro no Banco Português de Investimento (BPI) (de Março de 2000 a Junho de 2004).

206366344

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Anúncio n.º 13402/2012

Abertura de Procedimento Concursal Comum para o Recrutamento de Um Técnico Superior com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado já Estabelecida

1 — Em cumprimento do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (adiante designada por Portaria), torna-se público que, por